

O AGRONEGÓCIO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM RIO VERDE-GO: Milho para quê? Alimento para quem?

João Marques de Souza Neto¹

Jessyca Tomaz de Carvalho²

Larissa Camilo Nunes³

Resumo

O município de Rio Verde-GO é marcado pela atuação do Agronegócio em suas diversas faces e escalas. Neste trabalho, identifica-se essa realidade pela cadeia produtiva do milho que serve principalmente à BRF – um dos maiores complexos de carne de aves e suínos. Percebe-se que a expansão desta cadeia produtiva (do milho), se dá em uma ação orquestrada entre o Estado e o capital privado. A centralidade deste trabalho, contudo, é compreender a territorialização hegemônica do Agronegócio no município de Rio Verde – GO, abordando esta cadeia produtiva enquanto uma das faces de ação do Agronegócio no município. Para atingir tal objetivo foram realizadas revisões bibliográficas e levantamentos estatísticos em fontes secundárias. Os resultados evidenciaram o processo de mobilidade do capital, decorrentes dos incentivos estatais e os respectivos efeitos socioambientais deste processo. Demarcando-se a necessidade de se questionar o Agronegócio enquanto produtor de alimento.

Palavras-chave: Agronegócio; Milho; Cadeia produtiva.

Introdução

Uma cadeia produtiva se constitui por um conjunto de ações econômicas e comerciais que presidem a valorização dos meios de produção e uma sucessão de operações de transformações, capazes de serem separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico, relações financeiras e comerciais.

Uma cadeia de produção agroindustrial pode ser dividida entre jusante (produto final) e a montante (matéria-prima), no caso da cadeia do milho os limites dessa visão não são, às vezes, facilmente identificáveis. Essa divisão pode variar, segundo o tipo de produto e o objetivo da análise. Embora o conceito de cadeia produtiva tenha como foco a produção agropecuária e florestal, verifica-se que o mesmo tem potencial para ultrapassar os limites da escala produtiva agroindustrial.

O conceito de cadeia produtiva foi desenvolvido como instrumento de visão sistêmica. Parte da premissa que a produção de bens pode ser representada como um sistema, onde os diversos atores estão interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final com os produtos do sistema (CASTRO et al.,2002,p.2).

¹ Discente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás; (joaoneto-94@hotmail.com).

² Discente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás; (jessyca_tc_@hotmail.com).

³ Discente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás; (larissacamilonunes@gmail.com).

Todavia, observa-se um elemento político e material presente neste processo, que tornam alguns territórios hegemônicos pelo Agronegócio. O Agronegócio, como contribui Delgado (2012) apresenta-se portanto, enquanto um projeto hegemônico, entre as propostas de Desenvolvimento Rural no Brasil, que envolve aparatos como Mídia, Academia e Estado para se sustentar, viabilizando a expansão do capitalismo no campo.

Cabe lembrar que o próprio conceito de Desenvolvimento Rural no Brasil, é compreendido por uma perspectiva unilateral de caráter economicista, que prioriza a compreensão maquiada de progresso, a qual estabelece como prioridade os preços e não os valores (sociais, ambientais e etc.).

É nesse sentido que assiste-se no país a reestruturação produtiva nos territórios à depender das demandas e movimentos do capital. No campo isso é materializado por meio das produções de *commodities* em detrimento da produção de comida e da reprodução da vida, dando lugar cada vez mais à reprodução ampliada do capital. Entende-se que o Agronegócio encontra nas mais diversas fases existentes na cadeia produtiva. Este estudo, se dedicará à compreensão da cadeia produtiva do milho, enquanto uma das faces do Agronegócio.

De maneira ampla, a produção, distribuição e comercialização do milho é feita em todo o Brasil e em todo o mundo, sendo largamente produzido nos Estados Unidos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) os maiores produtores de milho do mundo são Estados Unidos, China, Brasil e União Européia. O Brasil, neste mesmo ano, teve cerca de 56 milhões de toneladas em sua safra total deste grão.

O estado de Goiás é o quarto maior produtor de milho do Brasil, participando com 10% de toda produção nacional. Nos últimos 10 anos, a produção do estado cresceu em ritmo mais acelerado que a produção nacional: 47% contra 36%, respectivamente. Entre os fatores que contribuíram para esse resultado, está a disseminação da prática da rotação de cultura, escolha das sementes e a expansão da demanda regional, além da indústria processadora. A produtividade do estado também está acima da média nacional (cerca de 40% da produção registrada em 2001).

A logística (transportação) ocorre, sobretudo, a partir de rodovias, por caminhões, o que eleva o valor do produto final, já que aumentam os custos com combustível, transporte, tempo de chegada, além dos riscos de possível danificação da carga, ou perda completa desta. O escoamento da produção é feito em locais onde ocorrerá distribuição para indústrias, em que serão ou destinados ao varejo, ou destinadas à exportação (“in natura” ou em farelo, como

ocorre na maior parte dos casos), ou ainda (e principalmente, no caso do presente trabalho) para empresas que transformarão estes produtos em alimento para aves e suínos (a exemplo da COMIGO e da Perdigão de Rio Verde).

Diante disso, o objetivo do presente trabalho é compreender a territorialização hegemônica do Agronegócio no município de Rio Verde – GO, abordando a cadeia produtiva do milho enquanto uma das faces do Agronegócio no município. Tal leitura será realizada a partir da intenção de se abordar criticamente a Cadeia Produtiva do Milho por meio da análise da bagagem ideológica orquestrada pelo Agronegócio enquanto projeto hegemônico aceito no Brasil sob o viés das propostas de Desenvolvimento Rural no país.

Em escala local pode-se identificar a importância de tal cadeia produtiva para a COMIGO e a Perdigão S.A. - principal consumidora, que usa o milho como matéria prima para fazer ração, destinada à engorda dos animais. Tal fato demarca empiricamente à quem serve e por quem é servido o Agronegócio e revela os meandros das intencionalidades carregadas por esse projeto que constantemente se coloca politicamente e ideologicamente como produtor de alimentos. Cabendo a seguinte indagação: Alimento para quem?

A partir da referida problematização, considera-se importante desvelar as relações de trabalho que envolve essa complexa cadeia produtiva; os subsídios do Estado para a efetivação do projeto que a coloca como uma das faces do Agronegócio e o destino final da produção, considerando-se que tipo de “alimento” é produzido diferente do que se quer fazer parecer nos discursos hegemônicos.

Para a realização do trabalho, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica em artigos, livros, teses, sites e demais publicações sobre o tema abordado. Levantamento em fontes secundárias sobre os principais municípios produtores de milho no estado de Goiás, os quais encontram-se em sua maioria no Sudoeste Goiano. É notório que os seis principais municípios produtores são: Jataí, Rio Verde, Montividiu, Cristalina, Chapadão do Céu, Mineiros e Perolândia (IBGE, 2013).

A partir disso, elegeu-se o município de Rio Verde para a delimitação da escala espacial, em vista de que é neste município que foi instalada em 1996 a agroindústria da Perdigão S/A, que será centralidade para análise da cadeia neste trabalho.

Este trabalho então, situa-se a partir das seguintes diretrizes: compreender a cadeia produtiva do Milho, fazendo uma análise da produção de tal matéria prima na escala global, nacional, regional até chegar à escala local. Ao chegar à escala local, buscou-se entender tal

cadeia produtiva utilizando a principal consumidora dessa cadeia no estado de Goiás. A Perdigão S.A. é a principal consumidora dessa cadeia, e usa o milho como principalmente matéria prima para fazer ração, destinada à engorda dos animais. E por fim atentou-se às relações de trabalho envolvendo essa complexa cadeia produtiva.

Intendificou-se assim, a reestruturação produtiva de Rio Verde e região, a partir da instalação da agroindústria que se deu por incentivos e subsídios do Estado. A escala temporal desta análise foi delimitada então a partir da instalação da Perdigão (ano de 1996) e os dados utilizados sobre a produção do milho variam desde 2009 a 2015 de acordo com os lançamentos do IBGE Cidades.

Rio Verde e a cadeia produtiva do milho

Rio Verde possui uma produção de 1.512.900 toneladas de milho no ano de 2015 que foi comercializada pelo valor de 504.032,00(x1000) reais (IBGE, 2015). Constatou-se que a maior parte do milho produzido no Sudoeste Goiano (região que mais produz milho do estado de Goiás) tem como destino a Perdigão e, a mesma exerce uma influência econômica e social nos municípios e no entorno da onde se instala.

A escolha da semente é um dos trabalhos mais minuciosos e importantes para o cultivo da safra pautado nas proporções de demandas do capital, além de determinante na análise da cadeia produtiva do grão (milho). Tal fato marca o projeto de químico dependência e o papel da tecnologia assistidos nas mais diferentes faces do Agronegócio. Esse modelo produtivo que se hegemoniza cada vez mais tem início por volta da década de 1970 com o processo de modernização da agricultura.

Autores como Guimarães (1977), desde já chamam esse processo de modernização conservadora da agricultura, ao perceberem as mudanças na base técnica sempre associada ao conservadorismo na questão agrária. Vale-se lembrar os incentivos fiscais e as políticas de créditos que mantiveram desde então conservadas as estruturas fundiárias no campo e incentivando este modelo químico depende balisado na monocultura em outras instâncias de lógicas produtivas não capitalistas.

Entende-se assim, o papel do mercado de sementes para o Agronegócio e a reprodução do capital. Na cadeia do milho, resumidamente, a escolha da semente é feita a partir dos

seguintes pontos: As sementes podem ser híbridas⁴ ou de variedades⁵; As híbridas podem ser simples, triplos ou duplos; Os simples: cruzamento entre duas linhagens puras, são indicadas para sistemas de produção de alta tecnologia, por apresentarem maior potencial produtivo; Os triplos: cruzamento entre uma linhagem pura e um híbrido simples, é indicado para média e alta tecnologia; O duplo: cruzamento de dois híbridos simples, é indicado para média tecnologia (EMBRAPA 2010).

Os híbridos só têm elevado vigor e produtividade na primeira geração, portanto, torna-se necessária a aquisição de novas sementes a cada ano, caso contrário, se os grãos plantados na nova lavoura forem oriundos da lavoura de híbridos anterior, isto é, se forem plantados híbridos da segunda geração, ocorrerá perda desse vigor e uma redução de produtividade de 15 a 40%.

O rendimento da lavoura se dá principalmente referente ao potencial genético dos grãos, das condições climáticas da região e do manejo recebido pela lavoura (EMBRAPA, 2010). Além disso, a tecnologia empregada não apenas no plantio e colheita do milho, mas no combate a doenças e pragas, por exemplo, também devem ser levados em conta. O que reforça o delineamento do Agronegócio enquanto projeto que trabalha sobre a dependência do consumo nas diferentes etapas da cadeia produtiva, sustentados também pela perspectiva ideológica.

Normalmente as empresas de sementes já direcionam suas cultivares de acordo com as suas regiões de adaptação, das principais doenças que ocorrem na região, do sistema de produção predominante, das exigências do mercado e do perfil dos agricultores, apenas havendo problema quando o agricultor adquire as sementes em locais diferentes daquele onde será implantada a lavoura.

Apesar da boa escolha das sementes, o agricultor deve se atentar para a estabilidade da produção, o que significa dizer que ao longo dos anos, em determinado local, a oscilação da produção não seja tanta, e sem que ocorram grandes perdas de produção em anos mais desfavoráveis.

Segundo o site da EMBRAPA, para o manejo do milho, usa-se uma mão-de-obra treinada, uma vez que é necessário um entendimento de como funciona todo o maquinário

⁴ As híbridas consistem no resultado do cruzamento de dois “indivíduos” de melhores características (levando-se em conta o objetivo almejado pelo produtor);

⁵ Variedades seriam “outras possibilidades” de melhoramento da semente, isto é, outros “tipos” que serão testados para se chegar a um produto final de qualidade esperada.

utilizado para o plantio, colheita e pulverização de tal monocultura. São utilizados para o plantio, pulverização e colheita, grandes maquinários agrícolas, para baratear os custos e aumentar a produtividade.

Mercado internacional do milho

De acordo com Otto, Neves e Pinto (2012), a produção mundial de milho em 2011 foi de 827,4 milhões de toneladas, a partir de um crescimento de 40% nos últimos 10 anos. Os maiores produtores mundiais de milho são respectivamente: Estados Unidos, China, Brasil e União Europeia (figura 1). Entretanto, segundo os referidos autores, apesar de os estadunidenses serem os maiores produtores, o crescimento de sua produção foi de apenas 26% em 10 anos; na China, o crescimento foi de 67% e o Brasil com uma produção de 38% no mesmo período.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a safra total de grãos de milho no Brasil em 2015 foi de mais de 82 milhões de toneladas. Porém, a produção é menor que a dos Estados Unidos (360 milhões de toneladas) e da China (230 milhões de toneladas). Otto, Neves e Pinto (2012) afirmam que ao longo dos últimos 50 anos a produção mundial de milho cresceu 315% e a área plantada cresceu apenas 60%, o que demonstra que a produtividade foi alta ao longo do período – em escala global.



Figura 1: Produção mundial de milho e principais países produtores.

Fonte: elaborado por Markestrat, a partir de Usda, 2012.

Apadtado por: autores (2017).

Otto, Neves e Pinto (2012), apresentam ainda que em 2011 o consumo do milho em escala mundial foi de 842,5 milhões de toneladas, o que significou um aumento de 39% em 10 anos. Para os autores, essa expansão do consumo se justifica por vários elementos regionais e globais, entre eles: mudanças no padrão da alimentação da população mundial, o próprio crescimento populacional, a elevação da renda nos países em desenvolvimento e a produção de biocombustíveis, sobretudo nos Estados Unidos.

Atualmente há um aumento nos programas de energia renováveis, em alguns casos, como no uso do milho para a produção de etanol⁶, logo, verifica-se uma conversão de parte da produção de alimentos para a transformação em biocombustíveis.

Sobre esta discussão Carvalho (2017) assinala a relevância de se destacar que mesmo diante da importância de se pensar em novas matrizes energéticas para o Brasil, sobretudo hoje, a leitura desse processo deve ser feita por um viés crítico e fundamentado na empiria, para que essa necessidade não seja cooptada pelas hegemônias – ou interesses de negócios, e para que não surjam novos estrangulamentos sociais e ambientais.

A autora acrescenta que “ ainda que se fale em fontes renováveis de energia é preciso dimensionar-se os consumos de água e a utilização de outros recursos naturais, como o solo, para que a proposta vestida de ambiental não sucumba no próprio aspecto.” (CARVALHO, p.85).

Para Santos (2011) a análise da sustentabilidade socioambiental da agroenergia no Brasil, deve ser pensada de forma criteriosa, já que os indicadores no país são setoriais e pautados no consumo, o que cria desafios ao que tange a aplicabilidade em diferentes escalas, tendo em vista que por vezes não se é considerado a dinâmica agrícola e o papel estatal nesses indicadores, o que acaba negligenciando os efeitos regionais específicos das interações com as políticas públicas.

Nesse cenário das preposições sobre a agroenergia, a demanda por milho passa portanto a ser ainda mais crescente, logo, é necessário investimentos em pesquisas e políticas coerentes que incentive a manutenção de equilíbrios e não priorizem a apropriação do capital sobre essas novas possibilidades de nixos de mercado com discursos ambientais, mas atente-se à um

⁶ O etanol é produzido através da fermentação de amido e de outros açúcares, pode ser obtido através da cana-de-açúcar, milho, beterraba, etc. Porém, a cana é matéria prima mais utilizada porque possui uma alta produtividade.

modelo produtivo que permita condições materiais para atender-se de fato à justiça social e ambiental.

O mercado nacional do milho

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de milho. Os cinco maiores estados produtores são, respectivamente, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul (figura 2). Otto, Neves e Pinto (2012), afirmam que estes cinco estados juntos são responsáveis por 65% da produção nacional e 56% da área plantada.



Figura 2: Produção de milho no Brasil – principais estados produtores

Fonte: elaborado por Markestrat, a partir de Conab.

Adaptado por: autores (2017).

O milho está presente em todos os estados brasileiros, porém, com níveis tecnológicos bem distintos, de acordo com cada região. Os polos produtores das regiões Norte e Nordeste são os mais deficitários em tecnologias, consequentemente, possuem uma baixa produção, que é voltada principalmente para o consumo familiar. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste englobam os estados com maior tecnologia, o que leva a uma maior produtividade.

A produção brasileira de milho teve um aumento devido à elevação no cultivo do milho safrinha, que é o milho de segunda safra. Segundo Otto, Neves e Pinto (2012), a produção de segunda safra nos anos 2000 era de apenas 7 milhões de toneladas, já no final da década passou a ser de 20 milhões de toneladas. O milho normalmente é plantado após a cultura da soja (conhecido como cultura de verão), logo, devido às condições climáticas favoráveis, os estados

de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná destacam-se nesse sistema. A produção do milho de primeira safra, apesar de possuir um crescimento absoluto, apresenta maiores oscilações, o que acaba incentivando ainda mais o milho de safrinha.

De acordo com Otto, Neves e Pinto (2012), no ano de 2010, no total de milho produzido, 20% foi exportado na forma de milho em grãos. O mercado interno consumiu 41 milhões de toneladas, que foram destinadas à alimentação animal (que engloba o gado bovino, frangos, suínos e outras criações). O diagrama a seguir mostra o destino do consumo de milho no Brasil (figura 3). Os autores indicam que:

De acordo com estimativas da MBAgro, a produção de milho gerou receitas de R\$ 11,5 bilhões aos produtores em 2010. Do volume de 10,8 milhões de toneladas exportadas naquele ano, foram gerados US\$ 2,1 bilhões. Da produção destinada ao mercado interno para a produção animal, o valor estimado total foi de R\$ 83,9 bilhões, dos quais R\$ 46 bilhões foram gerados pelas vendas ao setor de carnes bovinas, R\$ 25,3 bilhões pelas vendas ao setor avícola e R\$12,6 bilhões pelas vendas ao setor de suíno (OTTO; NEVES; PINTO, 2012, p.59).

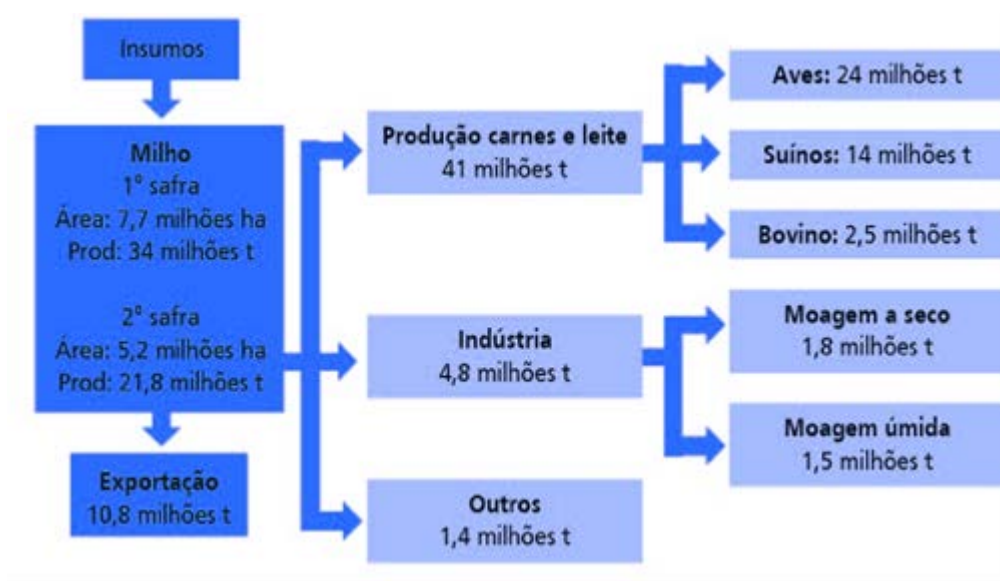


Figura 3: Consumo de milho no Brasil em 2010.

Fonte: elaborado por MBAgro, a partir de Secex, Conab, S&M.
 Adaptado por: autores (2017).

O milho em grãos é o principal produto de sua cadeia produtiva, destinado, sobretudo, para a exportação. Apesar de ter um maior crescimento do setor das importações no país, as exportações continuam sendo a atividade predominante nesta “cadeia”.

O milho em Goiás

O estado de Goiás é o quarto maior produtor de milho do Brasil, participando com 10% de toda produção nacional. Nos últimos 10 anos, a produção do estado cresceu em ritmo mais acelerado que a produção nacional: 47% contra 36%, respectivamente. Entre os fatores que contribuíram para esse resultado, está a disseminação da prática da rotação de cultura, escolha das sementes e a expansão da demanda regional, além da indústria processadora. A produtividade do estado também está acima da média nacional (cerca de 40% da produção registrada em 2001). Analisando a figura 4, podemos observar as áreas com maior destaque de produção de milho no ano de 2015 no estado de Goiás.

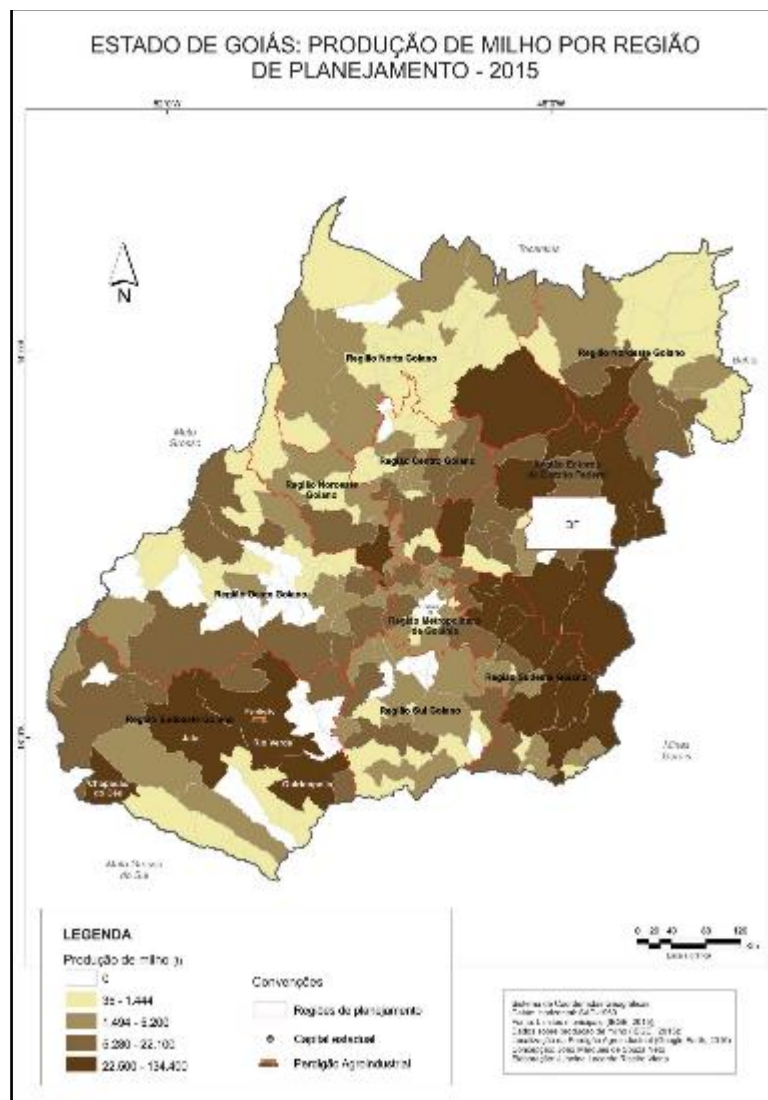


Figura 4 : Mapa da produção de milho do estado de Goiás
 Fonte : Instituto Mauro Borges (2015)

Pode-se inferir, que as microrregiões Sudeste e Sudoeste apresentam um maior destaque de produção, e que em toda a região Norte do estado a produção da monocultura em estudo é menor. É possível observar ainda que no Sudoeste goiano, encontra-se a maior produção do milho, nos municípios próximos à BRF Brasil Foods S.A (Perdigão), que está situada no município de Rio Verde.

Comigo e Perdigão

Em 1974 alguns produtores rurais se uniram para resolverem a falta de estrutura de armazenagem e a comercialização de seus produtos. Inicialmente, os principais produtos produzidos eram o arroz e o milho. Os produtores não possuíam secadoras e o arroz era secado nas ruas, já o milho era colhido praticamente seco e, como não havia estrutura de armazenagem dos grãos, os produtores eram obrigados a vender a maior parte da sua produção rapidamente.

Em 1978 foi concluída a construção da primeira unidade de armazenamento, em Rio Verde, e a instalação de uma loja, em Santa Helena de Goiás. “Naquele ano, a cooperativa já atingia os seus objetivos iniciais, atuando em quatro frentes: comercialização, armazenamento, fornecimento de insumos, através de lojas de revenda própria, e assistência técnica” (Borges, 2012, p.7).

A COMIGO acabou contribuindo para inovação tecnológica e para inserção de grandes empresas ligadas a agroindústria, como é o caso da Perdigão. A cooperativa influenciou na configuração territorial e propiciou o surgimento de novas dinâmicas sociais e econômicas. Logo, verifica-se que a COMIGO foi um elemento essencial para todo o processo de agroindustrialização no Sudoeste Goiano. Após alguns anos da instalação da COMIGO no Sudoeste de Goiás, inicia-se um novo processo de instalação de um complexo agroindustrial da Perdigão S/A.

Foi na primeira metade da década de 1990 que a Perdigão definiu que a construção da planta industrial seria em Rio Verde (GO), porém, em 1996 que começou de fato a instalação do denominado Projeto Buriti. A Perdigão escolheu se instalar em uma área altamente tecnificada e onde ela teria alguns recursos necessários para sua produção, dentre eles: produção de grãos (milho e soja); produção de calcário para correção do solo; escritórios de indústrias para a agricultura e uma rede de instituições e empresas prestadoras de serviços, ligadas ao agronegócio e a cultura produtiva.

Tal fato, evidencia como a dinâmica territorial se configura a partir dos movimentos do capital e em que medida o Agronegócio atua na produção e comercialização de diferentes

cadeias e os respectivos complexos os quais se utilizam de fases dessas cadeias produtivas. No bojo desse projeto capitalista, observa-se que a relação de subordinação é peculiar à cada tipo de produção.

Borges (2012) analisa que o complexo agroindustrial a ser instalado no Sudoeste de Goiás tinha o propósito de ampliar, em cerca de 50%, a capacidade produtiva da empresa; o que ocorreu após alguns anos de atividade da mesma. Em julho de 2000 a unidade produtiva ficou pronta e iniciou-se o abate e o processamento de suínos. O autor explica que:

À montante da Perdigão Rio Verde [há] produtores rurais integrados, indústrias de apoio e de medicamentos veterinário, agroindústrias fornecedoras, empresas de genética, fornecedoras de mercadorias e serviços, instituições de ensino e financeiras. E à Jusante: os supermercados, hipermercados e outros comércios, indústrias consumidoras, outras unidades da Perdigão (BORGES, 2012, p.9).

Nesse sentido, entende-se que cabe aqui considerar a aplicabilidade do conceito de Agronegócio enquanto projeto hegemônico que apresenta diferentes faces, mas atua em todas as esferas da produção à comercialização, influenciando portanto, na questão agrária, nos modelos produtivos, nos padrões de consumo, na materialidade e no cunho ideológico.

A Perdigão S/A no Sudoeste de Goiás exerce um impacto regional, através da construção de sua planta industrial, de suas granjas e de suas lojas comerciais. Borges (2012) aponta o surgimento de outras mudanças e transformações no espaço local e regional, dentre eles estão: novos bairros; criação de distritos industriais; crescimento populacional; instalação de novas indústrias; incremento do comércio e dos serviços locais; movimentação de bancos; geração de postos de trabalho; formação de produtores integrados etc.

A estrutura fundiária do Sudoeste goiano é composta principalmente por médias propriedades, onde se pratica veemente a agropecuária tecnificada, industrializada e com um forte caráter empresarial para a produção em grandes escalas. Muitos produtores rurais solicitaram financiamentos para a construção da estrutura de cria e engorda de animais, que exige o uso de alta tecnologia.

A Perdigão em Rio Verde possui um número reduzido de produtores integrados, porém, há uma grande quantidade de aviários e/ou terminadores de suínos dentro das propriedades destes poucos integrados.

Em 1999 iniciou-se a fabricação de ração para dar suporte aos integrados de suínos e mais tarde também seria destinada a produção de frangos. Inicialmente as metas produtivas da Perdigão em Rio Verde foram estabelecidas no Projeto Buriti, dentre elas estão: abate de

281.600 aves/dia; abate de 3.520 cabeças de suínos/dia; haveria uma demanda de milho de 450.000 ton./ano e 150.000 ton./ano de soja; seria necessária a produção de 720.000 ton./ano de rações para aves e suínos; o faturamento da empresa seria de aproximadamente 720 milhões por ano e os gastos com salário, pagamentos de fornecedores e integrados seria de aproximadamente de 35 milhões por ano.

O consumo da cadeia produtiva do milho pela empresa BRF-BRASIL FOODS S.A. na região de rio verde

A empresa BRF- Brasil Foods S.A. (união de duas das maiores empresas do ramo de produtos alimentícios e proteínas animais: fusão das ações da Sadia S.A. ao capital da Perdigão S.A., que ocorreu no ano de 2011), é responsável por consumir grande parte da produção de milho de toda a região sudoeste (Jataí, Rio Verde, Mineiros, Quirinópolis e Chapadão do Céu), essas regiões contavam com vários atrativos, segundo Borges (2006), entre eles estão: a larga produção de milho e soja, já estabelecida pela expansão do Complexo Agroindustrial da soja (CAI- soja), uma vez que esses grãos são fundamentais na fabricação de rações; a proximidade com mercados emergentes (local e regional); e os incentivos fiscais e financeiros.

Segundo Junior (s/d), é mais rentável para empresas como a Perdigão realizar o processamento das aves e suínos próximo ao mercado fornecedor de insumos, para a redução de custos na produção, que se associa diretamente ao valor do produto, tornando-o mais competitivo no mercado.

A Perdigão no ano de 2015 destinou ao abate uma quantidade de 14 milhões cabeças de galinhas, pintinhos, galos, frangos e frangas, de acordo com o IBGE (2015). Uma pesquisa desenvolvida por Pires e Fonseca (2001) *apud* Junior (s/d), estima que essas aves consumam uma quantidade de 4,97 quilogramas de ração durante o período de 51 dias de vida (total calculado para os quatro tipos de ração consumidos por essas aves ao longo desse tempo).

Os autores afirmam que “em um quilo de ração há 0,6314 quilos de milho”. Partindo-se desse pressuposto, calcula-se segundo Junior (s/d), que um frango consome cerca de 3,14 quilogramas de farelo de milho durante seu período de vida. A partir do cálculo “de quantidade de ração consumida por uma ave (em quilogramas) vezes quantidade total de aves”, obtém-se o resultado de 69.580.000 toneladas de farelo de milho consumidos apenas pela empresa Br Foods.

A empresa consome toda essa quantidade de milho somente para determinados “tipos” de ave (como já especificado acima). Vale lembrar que a alimentação de suínos também é composta por 90% de milho, segundo dados da Embrapa. Calcula-se que cada suíno consome uma quantidade de 263 quilogramas de farelo de milho, até chegar a seu ponto de abate. Com dados do censo de 2015 do IBGE, observa-se a quantidade de 710.000 cabeças de suínos que foram consumidos pela Perdigão S.A., chegando ao resultado de 186.730.000 toneladas de farelo de milho.

A partir desses dados, sabe-se que a Perdigão S.A. consumiu, uma quantidade de 256.310.000 toneladas de farelo de milho somente no ano de 2015 no município de Rio Verde, o que justifica a sua localização em meio aos maiores produtores de milho do Centro-Oeste.

Outro ponto que vale a pena destacar dentro da cadeia de produção do milho é o uso dos dejetos de suínos e da cama das aves⁷ para a agropecuária. Esses subprodutos são destinados à adubação orgânica do solo, tratando-se de uma questão econômica que garante o discurso ambiental.

Do ponto de vista econômico, Junior (s/d) apresenta uma diferença em valores de 59% (uma economia de R\$ 193,30/hectare) no uso do adubo suíno orgânico ao invés do adubo químico nas lavouras de milho. Da mesma forma a cama de aves, que apresenta uma diferença de 30% mais barato (economia de R\$ 156,10/hectare) do que o uso do adubo químico. Além da economia, o adubo orgânico ainda apresenta muitas vantagens para o produtor agropecuário. Segundo a Embrapa:

A adubação orgânica tem, ainda, outros aspectos bastante favoráveis. Ela utiliza resíduo cujo descarte causaria impactos ambientais. Outro ponto forte desse tipo de adubação é o seu tempo de duração. O processo de absorção dos nutrientes orgânicos envolve decomposição e mineralização. Assim, a adubação orgânica é uma fonte de nutrientes lenta e duradoura. (SANTIAGO E ROSSETTO, s/d).

Nesse sentido, cabe lembrar a mudança do papel do ambientalismo quando lido dentro da ótica econômica. A esse respeito e sobre a discussão social inerente à leitura sobre a cadeia produtiva do milho em Rio Verde, o próximo tópico, dedicar-se-á.

Algumas problematizações

⁷ A cama de aves é resíduo gerado da criação de frangos de corte em granjas. O material é formado por restos de ração, fezes, urina, penas e o substrato absorvente usado para forrar o chão dos galpões onde fica os animais (palha de arroz, sabugo de milho, bagaço de cana e outros) O produto, por conter parte da ração residual dos aviários e ser fonte de nutrientes, são utilizados para adubação. (EMBRAPA)

Observa-se no município de Rio Verde a monopolização do território a partir das cadeias de milho e soja, atendentes às demandas externas e do complexo de aves e suínos que inferem o controle por meio das demandas de produção. Oliveira (2012) entende por monopolização do território a ação de controle, por meio de mecanismos de subordinação, que as empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária exercem no território.

O autor explica que as empresas monopolistas atuam como *players* no mercado futuro de bolsas de mercadorias do mundo, lidas pelo autor no bojo do processo de mundialização da agricultura. E chama atenção para a o controle da produção de agrotóxicos e fertilizantes – produto que o modelo pautado no monocultivo e produtividade exige, por isso reconhecido aqui anteriormente como um modelo químico dependente. Oliveira (2012) identifica algumas empresas as quais são atuantes na cadeia produtiva do milho, no setor de grãos de modo geral e no setor de carnes:

No Brasil, monopolizam o setor de grãos, as empresas mundiais ADM, Cargil, Bunge, LDC; Los Grobos, El Tejar e Enrique Bañuelos; as nacionais Caramuru e AMAGGI que está indo para a Argentina; e, as cooperativas Coamo e Cocamar. No setor de sementes atuam a Monsanto e a Syngenta. [...] No setor de carnes BRF - Brasil Foods tornou-se a maior empresa mundial de carnes de aves e suínos. (OLIVEIRA, 2012, p.10).

Vale lembrar aqui o papel do Estado no financiamento deste modelo, como por meio de Programas, subsídios e incentivos fiscais, que viabilizam a expansão capitalista no campo. Em outras palavras, percebe-se, como Harvey (2011) analisa, que o Estado atua como capitalista, ao fomentar condições para que o capital se movimente e perpetue. Como entende Oliveira (2012) essas empresas então, subsidiadas pelo Estado e articuladas com o capital mundial possibilitam de forma simultânea:

a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra. Ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para produção, na produção em si e na comercialização. (OLIVEIRA, 2012, p.10).

Por isso, retoma-se aqui o pressuposto de que o Agronegócio atua hoje nas diversas etapas de uma cadeia produtiva e na própria comercialização. Delgado (2012) coloca como o Agronegócio enquanto projeto hegemônico, usou-se oportunamente da crise cambial de 1999 para se lançar enquanto uma estratégia ideológica de superação da crise. Se no período da modernização da agricultura a chave do discurso era forjada na necessidade de produção de

alimentos com a Revolução Verde, a nova chave passa a ser a produção de biocombustíveis (como querem chamar).

Em 2008, contudo, a elevação do preço das *commodities* conforme analisa Oliveira (2012) revela a crise dos alimentos (trigo, arroz e milho), uma crise capitalista que assume dois fundamentos no Brasil: a alta dos preços internacionais do petróleo e por conseguinte, a elevação dos custos dos fertilizantes e agrotóxicos e em segundo a consequência do aumento de consumo de etanol, que não ocorre de forma direta, mas sim em decorrência da opção norte-americana pela produção de etanol a partir do milho.

O autor analisa, que esse caminho levou à redução dos estoques internacionais e por isso a elevação de seu preço e dos demais grãos. Por essa razão a pauta do aquecimento global, oxigenou os ganhos monopolistas internacionais que para Oliveira (2012, p.07) “nada produzem, mas sujeitam produtores e consumidores à sua lógica de acumulação”. Desse modo, assiste-se a disputa pelo uso da terra de modo que trigo, milho e soja disputando os solos norte-americanos redutam inevitavelmente no avanço de um em detrimento de outro. Assim, a pauta dos agrocombustíveis passa a ter rebatimento direto na produção de alimentos.

À exemplo dessa realidade, há que se destacar a expansão das produções de soja, milho e cana-de-açúcar no Brasil. Todavia, coloca-se ainda assim, na leitura sobre o Agronegócio brasileiro, em suas diferentes faces, mas aqui abordando-se pela cadeia do milho, a seguinte pergunta em pauta: milho para quê? Alimento para quem?

Como observado na análise anterior o aumento da produção de milho se dá em vias de regra para o abastecimento do mercado externo, para a produção de agrocombustíveis e para a produção de ração e alimento do setor de aves e suínos, logo, como alimento para o capital. É por essa razão que Mitidiero e Barbosa (mimeo) comprovando a capacidade de (re)produção camponesa e produção de comida longe dos latifúndios com monoculturas, aprofundam essa discussão, elucidando que a matriz discursiva da produção de alimentos, mascara os reais interesses do agronegócio.

Distante do que se quer parecer, a ração que alimenta o gado a ser exportado, muito se difere da produção de comida da agricultura camponesa, que vias de fato, vão para a mesa do povo brasileiro. A produção camponesa, não prioriza a monocultura de matérias primas exportáveis como milho, soja etc. ao contrário, é marcada por realmente alimentar a população brasileira.

Nesse sentido, considera-se aqui que faz-se importante, políticas públicas e estratégias de resistências que culminem no fortalecimento da agricultura camponesa, entendendo esta como uma classe que muito se difere dos capitalistas ou proprietários de terras latifundiários que se sustentam pelo Estado e fomentam a lógica exploratória de bens comuns e sujeitos, a qual rege-se o Agronegócio pautado no lucro.

Considerações finais

A COMIGO (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano) acabou contribuindo para inovação tecnológica e para inserção de grandes empresas ligadas a agroindústria, como é o caso da Perdigão. A cooperativa influenciou na configuração territorial e propiciou o surgimento de novas dinâmicas sociais e econômicas. Logo, verifica-se que a COMIGO também foi um elemento essencial para todo o processo de agroindustrialização no Sudoeste Goiano.

A territorialização dos monocultivos e todo o pacote que envolve esse modelo de produção na região Sudoeste de Goiás está vinculado à expansão da fronteira agrícola após a década de 1970 – década que surge a COMIGO e vive-se a chamada Revolução Verde, o que mais tardar iria culminar para a escolha de tal região para o recebimento de investimentos para a instalação de unidades processadoras de grãos, caso da Perdigão, que após se unir com a Sadia transformasse na BRF- Brasil Foods S.A, o que resultou na maior empresa do ramo alimentício e proteínas animais do país.

De modo complementar à análise da cadeia produtiva do milho, existem aspectos impactantes desta na economia (nas diversas escalas abordadas), na sociedade consumidora e no meio ambiente, enquanto fatores de maior peso e que são largamente influenciados pelas várias cadeias (e, como foco específico, o milho).

No que se refere a impactos econômicos, e especificamente na região do Sudoeste Goiano (sobretudo Rio Verde – GO), observa-se a maior quantidade de produtos e subprodutos do milho sendo destinados para as indústrias, tornando-se parte de um largo complexo agroindustrial, como forma de alimentação de aves e suínos, aos quais serão agregados valores em seu produto final, mas também à exportação. E a esta abordagem vincula-se a observação de que a maior produção de milho na supracitada região destina-se justamente aos usos da BRF – Brasil Foods, que localiza-se próxima aos seus mercados consumidores mais amplos, diminuindo o custo com o transporte e tornando-se mais competitivo no mercado.

Desse modo, sabe-se que a instalação da Perdigão S/A provocou por si só, o crescimento urbano e populacional, elevou as condições de comércio e ampliou os mercados consumidores, estabelecendo relações que ampliam os serviços locais, alteram a dinâmica do campo, já que principalmente os pequenos produtores rurais passam ou a destinar sua pequena produção a serviço desta empresa ou tornam-se trabalhadores industriais, não deixando de mencionar o crescimento da quantidade de aves e suínos neste complexo (CAI's), dentre outros fatores.

Todavia, observa-se que a hegemonia, homogeneização, controle e monopolização do território – sobretudo no campo, a partir de um modelo produtivo impositivo e de dependência, significa para o território como um todo, efeitos socioambientais questionáveis, colocando em pauta a bagagem ideológica orquestrada pelo Agronegócio enquanto projeto hegemônico aceito no Brasil sob o viés das propostas de Desenvolvimento Rural no país, de caráter setorial e economicista.

Assim, percebe-se as motivações do Agronegócio em querer incorporar ideologicamente as diversas atividades concernentes à cadeia produtiva, de modo a construir uma imagem que sustente os interesses de territorialização do capital hegemônico no campo e na cidade. Tal realidade requer uma leitura crítica para identificar-se às custas de quê e de quem o Agronegócio se sustenta.

Como observado, o estado de Goiás tem ganhado proeminência nacional e internacionalmente na produção de grãos (voltado principalmente ao mercado agroindustrial). Por vezes, essa matriz produtiva tem se capitaizado discursivamente pelo viés econômico, se materializando no espaço pela territorialização hegemônica do projeto às custas da expropriação de camponeses em todo o Cerrado.

Em um cenário de compreensão de Desenvolvimento de forma setorial e economista, além de fragmentada, observa-se para tanto, os movimentos do capital de acordo com sua possibilidade de acumulação ampliada.

Referências:

BORGES, R. E. No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

_____. E. Complexos Agroindustriais e Desenvolvimento Regional: o caso do sudoeste de Goiás. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2012, Uberlândia. Anais... Uberlândia: 2012, p. 1-14.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de. **Os efeitos do Agronegócio Canavieiro e da Mobilidade Espacial do Trabalho no centro-norte goiano a partir do Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011)**. Goiânia: UFG, 2017 – dissertação de mestrado em Geografia.

CASTRO et al. **Cadeia Produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica**. Anais XII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Salvador, Bahia, 6-8 de novembro de 2002.

EMATER: conjuntura agrícola. Disponível em: <<http://www.emater.go.gov.br/w/3446>> Acesso em: 16.jun.2017.

EMBRAPA: adubação orgânica. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_37_711200516717.html>. Acesso em 19.jun.2013.

_____: cultivo do milho. Disponível em: <http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho_8_ed/index.htm> Acesso em: 17.jun.2017.

_____: produção de suínos. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Suinos/SPSuinos/nutricao.html>. Acessado em 19.jun.2013.

EMBRAPA: recursos genéticos de milho. Disponível em: <<http://www.cnpms.embrapa.br/milho/bagmilho.php>> Acesso em: 16.jun.2017.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **O complexo agroindustrial**. Revista Reforma Agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

HARVEY, David. **O enigma do capital : e as crises do capitalismo** / David Harvey ; tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP :Boitempo , 2011.

IBGE: levantamento sistemático da produção agrícola – Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201202.pdf> Acessado em 16.jun.2013.

_____: cidades - Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=521880&idtema=98>> Acesso em: 19.jun.2017.

IMB. **Instituto Mauro Borges** . Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>> . Acesso em: 17.jun.2017.

JUNIOR, A. P. M. **O COMPLEXO MILHO, AVES E SUÍNOS NA REGIÃO DE RIO VERDE: Integração Atual e Potencial**. In:

<[HTTP://WWW.SOBER.ORG.BR/PALESTRA/2/443.PDF](http://www.sober.org.br/palestra/2/443.pdf)>
19.JUN.2017.

ACESSO EM

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Mundialização da Agricultura Brasileira. In.: **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, 2012.

OTTO, Igor Montenegro Celestino; NEVES, Marcos Fava; PINTO, Mairun Junqueira Alves. **Cadeia produtiva de grãos**. - Goiânia: FIEG, 2012.172 p.

SANTOS, Gesmar Rosa dos. **Políticas Públicas e expansão da agroenergia no Brasil: contradições e desafios às sustentabilidade no ambiente rural em regiões do Cerrado**. Brasília: UNB, 2011.